

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS BÁSICOS

#### Texto para os itens de 1 a 8.

##### TRF1 reconhece legitimidade da perícia fisioterapêutica

Por unanimidade, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) negou recentemente a apelação do Conselho Federal de Medicina (CFM) e manteve a validade da Resolução COFFITO nº 466/2016, reafirmando a competência normativa do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) para disciplinar a perícia fisioterapêutica.

No julgamento, o Tribunal reconheceu que a norma não invade atribuições privativas da medicina, pois se limita à regulação da atuação do fisioterapeuta dentro de sua habilitação legal e técnica. Também consignou que o sistema processual brasileiro não restringe a perícia judicial exclusivamente aos médicos, admitindo a nomeação de profissionais legalmente habilitados, conforme a natureza da matéria controvertida.

O acórdão ressaltou o fundamento de que, embora a Lei nº 12.842/2013 discipline os atos privativos da medicina em seus arts. 4º e 5º, o próprio Poder Legislativo reconheceu que o diagnóstico nosológico e a prescrição terapêutica não são exclusivos da medicina, como evidenciado pela mensagem de veto ao art. 4º, I, da lei federal.

Além disso, ficou reafirmado que, em matérias relacionadas à biomecânica, ergonomia e funcionalidade motora, o fisioterapeuta é profissional tecnicamente qualificado para atuar na perícia, sempre dentro dos limites de sua formação e sem extrapolação para atos privativos de outra profissão.

A manutenção da norma, portanto, resguarda não apenas a autonomia técnica da fisioterapia, mas também a adequada prestação jurisdicional nas demandas que exigem conhecimento funcional e cinesiológico especializado.

Com o resultado do julgamento, permanece plenamente válida a Resolução COFFITO nº 466/2016, confirmando não apenas a autonomia técnica da fisioterapia, mas também a adequada prestação jurisdicional nas demandas que exigem conhecimento funcional e cinesiológico especializado.

O COFFITO, nesse contexto, permanece vigilante e atuante, sempre em defesa das prerrogativas profissionais, da legalidade do exercício da profissão e da valorização técnica e científica da fisioterapia e da terapia ocupacional.

Internet: <crefито14.org.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 No trecho “conforme a natureza da matéria controvertida”, o termo “conforme” estabelece relação de conformidade e poderia ser substituído por **consoante**, sem prejuízo ao sentido e à sintaxe do período.
- 2 No fragmento “manteve a validade da Resolução COFFITO nº 466/2016”, a substituição da forma verbal “manteve” por **preservou** não altera o sentido essencial do trecho.
- 3 A substituição do trecho “permanece plenamente válida a Resolução COFFITO nº 466/2016” por **a Resolução COFFITO nº 466/2016 permanece plenamente válida** é obrigatória para o estabelecimento da correção gramatical do texto.
- 4 Na sentença “Também consignou que o sistema processual brasileiro não restringe a perícia judicial exclusivamente aos médicos”, a inserção do pronome “se” imediatamente antes da forma verbal “restringe” mantém a correção gramatical do texto.
- 5 Na sentença “o próprio Poder Legislativo reconheceu que o diagnóstico nosológico e a prescrição terapêutica não são exclusivos da medicina”, a retirada do vocábulo “próprio” preserva o sentido enfático da frase.
- 6 No fragmento “A manutenção da norma, portanto, resguarda não apenas a autonomia técnica da fisioterapia”, a vírgula empregada após o vocábulo “portanto” é obrigatória, uma vez que se trata de um conectivo conclusivo intercalado.
- 7 No trecho “reafirmando a competência normativa do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO)”, a forma verbal “reafirmando” indica uma ação posterior à principal.
- 8 No fragmento “em matérias relacionadas à biomecânica, ergonomia e funcionalidade motora”, a ausência do sinal indicativo de crase antes de “ergonomia” e “funcionalidade” configura um erro de paralelismo sintático.

**Texto para os itens de 9 a 16.****Dia do Ouvidor:****COFFITO destaca escuta ativa na gestão pública**

O COFFITO realizou um encontro em homenagem ao Dia do Ouvidor, comemorado anualmente em 16 de março. O evento foi dedicado ao diálogo, à troca de experiências e ao fortalecimento institucional.

O presidente do COFFITO, Dr. Sandroval Torres, abriu o evento e reafirmou a importância da integração entre as autarquias federais e regionais para a qualificação dos serviços da área de saúde prestados à população: “Nosso papel é muito importante. Somos a barreira que garante segurança para a sociedade. Sem nós, a sociedade fica vulnerável”.

O ministro-substituto do TCU, André Luís de Carvalho, apresentou a legislação que fundamenta o trabalho das Ouvidorias e a amplitude dessa atuação. “O acesso à informação como direito fundamental pressupõe que o cidadão não precisa pedir para ter acesso”, destacou.

O ministro ressaltou que a Lei de Acesso à Informação define a publicidade como regra geral e o sigilo, como exceção. Afirmou ainda que o objetivo é fomentar a transparência administrativa e fortalecer o controle social.

A chefe da Ouvidoria do COFFITO, Dra. Danielle Castro Azeredo, compartilhou com os participantes os resultados e aprendizados decorrentes da implementação da Ouvidoria Integrada do Sistema COFFITO/CREFITOs, desenvolvida pela atual gestão. Segundo ela, essa é uma iniciativa que marca uma nova etapa na governança institucional.

Para o superintendente do COFFITO, Sergio Andrade, mais do que uma data comemorativa, o momento convida a reflexões sobre o papel estratégico das Ouvidorias na administração pública. No dia a dia, essas unidades funcionam como elo entre a sociedade e as instituições, contribuindo para “a qualificação dos serviços, o aprimoramento da gestão e a consolidação de práticas mais transparentes”.

A programação do encontro contou com temas centrais para a atuação dos ouvidores, como a importância da escuta ativa, os desafios da atuação integrada, o uso de relatórios gerenciais como ferramenta de melhoria contínua e o papel da Ouvidoria na promoção da ética profissional.

O COFFITO reforça seu compromisso com uma gestão cada vez mais aberta ao diálogo e orientada pela escuta qualificada. Com a presença de ouvidores de diferentes regiões do país, o Conselho Federal amplia o alcance das discussões e fortalece a construção coletiva de soluções voltadas ao interesse público.

Internet: <coffito.gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 9 No trecho “O ministro ressaltou que a Lei de Acesso à Informação define a publicidade como regra geral e o sigilo, como exceção”, a vírgula após “sigilo” está corretamente empregada para indicar a elipse da forma verbal “define” na segunda estrutura coordenada, preservando-se, assim, o paralelismo sintático do período.
- 10 No trecho “essas unidades funcionam como elo entre a sociedade e as instituições”, há uma comparação introduzida por “como”, ao passo que, em “O acesso à informação como direito fundamental”, não há relação comparativa.
- 11 No fragmento “Somos a barreira que garante segurança para a sociedade”, o pronome “que” retoma “sociedade”, sinalizando, nesse caso, a ocorrência de uma catáfora.
- 12 No fragmento “Com a presença de ouvidores de diferentes regiões do país, o Conselho Federal amplia o alcance das discussões”, o segmento que está antes da vírgula funciona como adjunto adverbial, podendo ser deslocado para o final do período, sem prejuízo da correção gramatical.
- 13 No trecho “O evento foi dedicado ao diálogo, à troca de experiências e ao fortalecimento institucional”, a inserção do acento grave em “à troca” é facultativa.
- 14 Na sentença “Sem nós, a sociedade fica vulnerável”, a vírgula após o pronome é obrigatória por separar uma oração subordinada adverbial condicional.
- 15 Embora o texto “Dia do Ouvidor: COFFITO destaca escuta ativa na gestão pública” apresente informações e dados objetivos, ele não se caracteriza como dissertativo-argumentativo, pois não desenvolve tese com a defesa sistemática por meio de argumentos organizados.
- 16 No trecho “A chefe da Ouvidoria do COFFITO, Dra. Danielle Castro Azeredo, compartilhou com os participantes os resultados e aprendizados”, as vírgulas têm a função de isolar um aposto explicativo, cuja retirada não comprometeria a correção gramatical, mas alteraria o sentido original do período.

Paula, que é advogada, está estudando um Vade Mecum com 2.616 páginas. Como costuma grifar todas as páginas que lê, ela registrou a quantidade de páginas grifadas por dia. No primeiro dia, grifou 63 páginas e, em cada dia seguinte, grifou 4 páginas a mais do que no dia anterior.

Com base nessa situação hipotética e no padrão mantido até a conclusão da leitura do livro, julgue os itens a seguir.

- 17 No décimo dia de estudo, Paula grifará 99 páginas.
- 18 Ao final dos 12 primeiros dias de estudo, Paula terá grifado 1.032 páginas.

- 19** Mantido esse padrão, ao final de 24 dias, Paula terá grifado exatamente as 2.616 páginas do Vade Mecum.

Durante o último mês, o advogado Oswaldo registrou, em uma planilha, o número de audiências de que participou em cada semana de trabalho, conforme mostra a tabela a seguir.

SEMANA	NÚMERO DE AUDIÊNCIAS
1ª	5
2ª	8
3ª	6
4ª	5
5ª	11

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20** A média semanal de audiências de Oswaldo, nesse período, foi superior a 7.
- 21** A moda do número de audiências semanais é igual a 11.
- 22** A mediana do número de audiências semanais foi igual a 6.

Amanda, Bárbara e Carolina são três irmãs. Sabe-se que cada uma delas sempre diz a verdade ou sempre mente. Em certa ocasião, Amanda afirmou que Bárbara estava mentindo. Em seguida, Bárbara disse que Carolina estava mentindo. Por fim, Carolina afirmou que Amanda e Bárbara estavam mentindo.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 23** Amanda sempre diz a verdade.
- 24** Bárbara sempre diz a verdade.
- 25** Carolina sempre mente.

Gael possui 3 dados honestos, nas cores amarela, azul e verde, todos numerados de 0 a 5. Ele lançará os 3 dados ao mesmo tempo.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 26** O número total de resultados possíveis nesse lançamento é de 125.
- 27** A probabilidade de os 3 dados mostrarem o mesmo número é igual a 1 em 36.
- 28** A probabilidade de a soma dos números obtidos nos 3 dados ser igual a 3 é superior a 5%.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Considerando os conceitos de informática, de sistemas operacionais, de redes de computadores, de aplicativos e de segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 29 Os sistemas operacionais móveis, como o Android e o iOS, não são capazes de executar múltiplas aplicações simultaneamente.
- 30 A Internet é uma única rede centralizada controlada por uma única organização mundial.
- 31 O *backup* de dados elimina a necessidade de utilização de mecanismos de segurança, como o antivírus e o *firewall*.
- 32 Os navegadores de Internet permitem ao usuário acessar páginas *web* por meio de protocolos específicos, como o HTTP.

---

Acerca dos conceitos de redes de computadores, de aplicativos de escritório, de sistemas operacionais móveis e de mecanismos de segurança da informação, julgue os itens seguintes.

- 33 Os editores de texto não permitem a inserção de elementos gráficos, como imagens e tabelas, sendo estes restritos à manipulação de texto puro.
- 34 Os navegadores de Internet são responsáveis pela definição dos protocolos de comunicação utilizados na *web*.
- 35 Os *backups* armazenados no mesmo dispositivo dos dados originais garantem a proteção contra as falhas físicas do equipamento.
- 36 A computação em nuvem elimina completamente a necessidade de infraestrutura física para o armazenamento e o processamento de dados.

---

No que concerne aos conceitos de Internet, da organização de dados, de aplicativos e da segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 37 O *software*, que consiste em um componente físico do computador, é responsável pela execução direta das operações elétricas do sistema.
- 38 A intranet é uma rede pública global acessível a qualquer usuário conectado à Internet.
- 39 O *firewall* pode ser utilizado para controlar o tráfego de entrada e de saída de uma rede, com base em regras definidas.
- 40 Na Internet, a comunicação entre dois dispositivos ocorre sem a necessidade de definição prévia de protocolos, pois a transmissão é realizada automaticamente pela infraestrutura física.



RASCUNHO

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considerando as situações relacionadas à atuação de servidores públicos e aos fundamentos éticos da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 41** No âmbito da ética pública, o servidor deve observar não apenas a legalidade, mas também a moralidade e o interesse coletivo, equilibrando a conformidade normativa com a responsabilidade institucional e o compromisso com resultados socialmente relevantes.
- 42** O princípio da impessoalidade, ao vedar favorecimentos pessoais e exigir uma atuação orientada pelo interesse público, também impede que o agente utilize atos administrativos para a promoção pessoal, ainda que dentro dos limites legais.
- 43** A eficiência administrativa pode justificar, em caráter excepcional, a adoção de medidas administrativas atípicas que relativizem a estrita legalidade formal, quando os mecanismos previstos em lei se mostrarem manifestamente inadequados à realidade concreta.
- 44** A moralidade administrativa possui relevância jurídica autônoma, podendo fundamentar a invalidação de atos que, embora formalmente legais, foram praticados exclusivamente com o intuito de promover o interesse pessoal do agente, mesmo sem configurar desvio de finalidade ou fraude à lei.
- 45** Suponha-se que um servidor tenha realizado um ato legal motivado por um interesse pessoal disfarçado de interesse público. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta será considerada antiética, ainda que seja, formalmente, correta.

Acerca da improbidade administrativa, julgue os itens seguintes.

- 46** A prática de ato que viole os princípios da Administração Pública configura improbidade administrativa, mesmo sem dano ao erário.
- 47** A responsabilização por improbidade administrativa restringe-se aos agentes públicos em sentido estrito, não alcançando particulares que se beneficiem do ato ímprobo, sem participação direta em sua execução.
- 48** O enriquecimento ilícito do agente público constitui uma das hipóteses de improbidade administrativa, a qual se configurará mesmo em caso de vantagem patrimonial decorrer de ato praticado fora do exercício da função pública. Todavia, isso procederá desde que haja, no referido contexto, uma relação de causalidade com o cargo ocupado.
- 49** A responsabilização por improbidade independe de nexos entre a conduta praticada e a função pública exercida.
- 50** Após a vigência da Lei nº 14.230/2021, a responsabilização por ato de improbidade administrativa que cause dano ao erário passou a exigir a demonstração de dolo específico do agente, sendo a culpa grave, ainda que devidamente comprovada, insuficiente para configurar a conduta ímproba e ensejar o ressarcimento ao erário no âmbito da ação de improbidade.

No que diz respeito ao processo administrativo na Administração Pública Federal, julgue os itens a seguir.

- 51** O processo administrativo deve observar princípios como o do contraditório e da ampla defesa, aplicáveis não apenas em processos sancionatórios, mas em qualquer procedimento que possa resultar em decisão gravosa ou restritiva de direitos do administrado.
- 52** A motivação dos atos administrativos é dispensável quando a decisão for discricionária.
- 53** O administrado tem o direito de formular alegações e apresentar documentos antes da decisão administrativa, direito que pode ser relativizado em situações de urgência ou quando a participação prévia comprometer a eficácia da medida administrativa, assegurado o contraditório diferido.
- 54** A Administração Pública não pode rever os seus próprios atos, ainda que eles sejam ilegais.
- 55** No âmbito do processo administrativo federal regido pela Lei nº 9.784/1999, antes de ser proferida decisão que possa afetar negativamente os interesses do administrado, deve-se garantir a este a oportunidade de apresentar alegações escritas, assegurando-se prazo mínimo de cinco dias úteis para a manifestação, salvo disposição específica em sentido diverso.

À luz das normas acerca da transparência e do acesso à informação, julgue os itens seguintes.

- 56** O acesso à informação pública constitui regra geral, sendo o sigilo a exceção devidamente justificada, de modo que a negativa de acesso deve apresentar fundamento legal específico e deve demonstrar o enquadramento da hipótese de restrição.
- 57** A divulgação de informações de interesse coletivo depende exclusivamente de solicitação do cidadão.
- 58** Suponha-se que, em um órgão público, um servidor tenha classificado um determinado relatório interno como “secreto”, alegando apenas “risco genérico à imagem institucional”, sem a indicação de hipótese legal específica nem a demonstração da proporcionalidade e da necessidade concreta da restrição. Nesse caso, é correto afirmar que tal classificação atenderá aos requisitos da Lei nº 12.527/2011, desde que o prazo máximo seja respeitado.
- 59** As informações pessoais, por envolverem direitos fundamentais à intimidade e à privacidade, têm acesso restrito e tratamento sigiloso, não podendo ser divulgadas pela Administração Pública, mesmo quando forem necessárias à defesa de direitos de terceiros ou ao cumprimento de obrigação legal.

- 60** A recusa de acesso à informação pública deve ser sempre motivada e indicar recurso cabível, sob pena de responsabilidade do agente.

---

Considerando a proteção de dados pessoais, no âmbito da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 61** A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado por órgãos públicos, com as devidas adaptações quanto às bases legais e às finalidades, prevalecendo, assim, o regime específico da Lei de Acesso à Informação, em caso de conflito entre transparência e proteção de dados.
- 62** O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público deve estar vinculado às finalidades públicas específicas.
- 63** O consentimento do titular é sempre obrigatório para o tratamento de dados pela Administração Pública.
- 64** A proteção de dados pessoais não se aplica às informações que permitam identificar indiretamente o indivíduo.
- 65** A nomeação de encarregado (DPO) é dispensável para os órgãos públicos de pequeno porte.

---

No que diz respeito à integração entre ética, transparência e responsabilidade administrativa, julgue os itens seguintes.

- 66** A transparência administrativa contribui para o fortalecimento do controle social e da *accountability*, permitindo não apenas o acesso passivo às informações, mas também a participação ativa da sociedade no monitoramento, na avaliação e no aprimoramento das políticas públicas.
- 67** O cumprimento formal da lei é suficiente para garantir a conduta ética na Administração Pública.
- 68** O servidor público que, no exercício de suas funções, utilizar informação privilegiada obtida em razão do cargo para beneficiar terceiro, mesmo sem auferir vantagem pessoal direta e sem causar dano patrimonial ao erário, praticará conduta incompatível com os deveres éticos da função pública, ainda que a ação seja formalmente legal.
- 69** A responsabilização administrativa exclui automaticamente a responsabilização civil ou a penal.
- 70** A atuação do servidor público, mesmo quando em estrita conformidade com as normas legais e com os regulamentares vigentes, pode ser questionada sob o prisma ético quando caracterizar o desvio de finalidade, o abuso de poder formal ou a instrumentalização da legalidade para fins estranhos ao interesse público, hipóteses nas quais a observância da letra da lei não exclui a responsabilização por violação da moralidade administrativa.



RASCUNHO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base nos direitos e nas garantias fundamentais e na organização do Estado brasileiro, expressos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- 71** É livre a expressão da atividade intelectual, da artística, da científica e de comunicação, independentemente de censura ou de licença.
- 72** É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- 73** É vedada à União intervir nos Estados para assegurar a observância do princípio constitucional de prestação de contas da Administração Pública, Direta e indireta.
- 74** É facultado ao servidor público da administração indireta, no exercício de mandato eletivo federal, permanecer no exercício de seu cargo ou de sua função pública.

Quanto à organização dos Poderes e à ordem social no Estado brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 75** Integram o fundo social de emergência o produto da arrecadação do imposto sobre consumo e os proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre os pagamentos efetuados pela União.
- 76** É vedado à União instituir contribuição provisória sobre a movimentação ou a transmissão de valores, de créditos e de direitos de natureza financeira para o financiamento das ações e dos serviços de saúde.
- 77** Compete ao Poder Público organizar a seguridade social, com base nos objetivos de irredutibilidade do valor dos benefícios e de equidade na forma de participação no custeio.
- 78** Ao Sistema Único de Saúde (SUS) compete executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica – bem como as de saúde do trabalhador – e ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.

No que concerne aos princípios da Administração Pública e ao poder de polícia administrativa, julgue os itens a seguir.

- 79** A administração pública pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, ou revogá-los por conveniência, respeitados os direitos adquiridos.
- 80** A imposição de sanções contratuais pelo gestor público deve observar a proporcionalidade entre a gravidade da infração cometida pelo particular e a severidade da punição aplicada.
- 81** Um Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), por ser uma autarquia federal, pode delegar a fiscalização de clínicas de fisioterapia a uma associação privada de profissionais para agilizar a proteção da saúde.
- 82** Um CREFITO pode aplicar multa diretamente a um terapeuta ocupacional, sem prévio processo administrativo, amparado pela autoexecutoriedade do poder de polícia fiscalizatório.

De acordo com os atos administrativos e com o processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 83** O desvio de poder resta configurado quando o agente público pratica ato visando ao interesse público, mas fora de sua esfera de competência legal.
- 84** A licença para dirigir, por vincular a Administração Pública ao preenchimento dos requisitos legais pelo particular, classifica-se como ato administrativo vinculado, não comportando juízo de conveniência.

- 85** Em processos administrativos federais, a Administração Pública deve exigir mormente o pagamento de taxas para a interposição de recursos, visando cobrir custos operacionais de tramitação e julgamento.
- 86** Os recursos administrativos na esfera federal devem ser tramitados, no máximo, por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

No que diz respeito à fiscalização administrativa e aos autos de infração, julgue os itens a seguir.

- 87** A fiscalização administrativa permite que o Estado monitore atividades privadas e públicas, assegurando que o interesse coletivo prevaleça sobre conveniências individuais mediante normas legais.
- 88** A fiscalização administrativa de estabelecimentos comerciais deve respeitar a competência atribuída por lei ao ente federativo, sob pena de nulidade do ato praticado.
- 89** O auto de infração, por ser ato administrativo, possui presunção absoluta de veracidade, impedindo que o autuado apresente defesa com base na ausência de requisitos formais.
- 90** O auto de infração que apresentar vício de forma decorrente da ausência de assinatura do autuado será nulo, independentemente da presença de testemunhas no local.

À luz das Leis nº 6.316/1975 e nº 10.424/2002, julgue os itens seguintes.

- 91** A cidadania brasileira, a habilitação profissional na forma da legislação em vigor e o pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos são atributos suficientes ao exercício de mandato como membro de CREFITO.
- 92** Constitui renda do CREFITO 50% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos, multas, doações e rendas patrimoniais.
- 93** No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o atendimento e a internação domiciliares são realizados por equipes multidisciplinares que atuam nos níveis da medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora.
- 94** Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares, no âmbito do SUS, estão inclusos os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêutico e, inclusive, de assistência social.

Com base no Decreto-Lei nº 938/1969 e na Resolução RDC nº 7/2010, julgue os itens a seguir.

- 95** É atividade privativa do terapeuta ocupacional executar métodos e técnicas terapêuticas e recreacionais com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente.
- 96** Os fisioterapeutas e os terapeutas ocupacionais, em seus campos específicos, podem dirigir serviços em estabelecimentos públicos ou particulares, e exercer o magistério nas disciplinas de formação básica ou profissional, de nível superior ou médio.
- 97** A queixa técnica refere-se a qualquer notificação de suspeita de alteração ou de irregularidade de um produto ou de uma empresa relacionada aos aspectos técnicos ou aos legais, e que pode, ou não, causar dano estritamente à saúde individual.

**98** Para as rotinas relacionadas à biossegurança, é o bastante que elas contemplem as condutas de segurança biológica e as instruções de uso para os equipamentos de proteção individual e de proteção coletiva.

Acerca da Resolução RDC nº 63/2011 e da Portaria do Ministério da Saúde nº 930/2012, julgue os itens seguintes.

**99** A completude do serviço de saúde sintetiza-se no fornecimento de quadro de pessoal qualificado, devidamente treinado e identificado, nos ambientes identificados, nos equipamentos, nos materiais e no suporte logístico.

**100** Entre as estratégias e as ações voltadas à segurança do paciente nos estabelecimentos de saúde, encontram-se os mecanismos de identificação do paciente e as orientações para administração segura de medicamentos, de sangue e de hemocomponentes.

**101** As diretrizes para a atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave resumem-se ao respeito, à proteção, ao apoio aos direitos humanos, à promoção da equidade e à integralidade da assistência.

**102** A unidade de cuidado intermediário neonatal possui duas tipologias: a unidade de cuidado intermediário neonatal convencional e a unidade de cuidado intermediário neonatal canguru.

No que concerne às Resoluções COFFITO nº 8/1978 e nº 37/198, julgue os itens a seguir.

**103** Constitui ato privativo do terapeuta ocupacional a elaboração de testes específicos para avaliar níveis de capacidade funcional e a sua aplicação.

**104** O requerimento de habilitação do fisioterapeuta e terapeuta ocupacional deve ser dirigida ao diretor-secretário do CREFITO e instruído, no caso da inscrição, com o original do diploma e carteira de identidade.

**105** A anuidade do CREFITO deve ser paga até 30 de abril de cada ano, salvo a primeira, cujo comprovante é exigido no ato do registro da empresa ou do órgão, sob sua responsabilidade.

**106** É obrigatória a menção expressa do número de registro da empresa no CREFITO em anúncio ou propaganda próprios ou de órgão a ela subordinada.

Considerando as Resoluções COFFITO nº 139/1992 e nº 158/1994, julgue os itens seguintes.

**107** O responsável técnico responderá perante o CREFITO por ato de administração do agente empregador, que corroborar ao exercício ilegal da profissão de fisioterapeuta, porém não pelo fato de o empregador não garantir que, durante os horários de atendimento à clientela, estejam em serviço profissionais em número compatível com a natureza da atenção a ser prestada.

**108** A responsabilidade técnica do fisioterapeuta ou do terapeuta ocupacional cessa pelo cancelamento, o qual ocorre puramente quando for solicitado, por escrito, pelo profissional ou pela empresa, ou, ainda quando for cancelada a inscrição do profissional ou o registro da empresa.

**109** As atividades profissionais do fisioterapeuta e terapeuta ocupacional diferem, entre si, pelo conteúdo acadêmico e pela tipicidade das metodologias e das técnicas utilizadas por cada uma delas, que não se confundem ou se interligam, mutuamente.

**110** É proibido aos fisioterapeutas e aos terapeutas ocupacionais utilizar a designação de terapeutas corporais ou omitir a sua titulação profissional sempre que se anunciar, por exemplo, em eventos científicos-culturais e anúncio profissional.

De acordo com as Resoluções COFFITO nº 382/2010 e nº 619/2025, julgue os itens a seguir.

**111** O terapeuta ocupacional é competente para elaborar e emitir parecer, atestado ou laudo pericial em razão de demanda judicial, de readaptação no ambiente de trabalho ou de afastamento do ambiente de trabalho, para a eficácia do tratamento terapêutico ocupacional.

**112** O atestado trata-se de documento qualificado, afirmando a veracidade sobre as condições do paciente, declarando o grau de incapacidade funcional com vistas a apontar as incompetências e as inabilidades do cliente em acompanhamento terapêutico.

**113** Na prestação de serviços de fisioterapia e de terapia ocupacional na modalidade remota, desnecessário é o consentimento do paciente ou de seu representante legal. No entanto, devem-se garantir sigilo e privacidade.

**114** O atendimento remoto dos serviços de fisioterapia e de terapia ocupacional é obrigatório, quando não puder ser realizado presencialmente, garantindo-se que seja eficaz e seguro para a condição clínica do paciente.

Acerca das resoluções COFFITO concernentes às especialidades de fisioterapia e de terapia ocupacional, julgue os itens seguintes.

**115** O exercício da especialidade em acupuntura requer do fisioterapeuta os conhecimentos que se encerram em três eixos: a avaliação cinesiofuncional do paciente; a interpretação de exames complementares; e a aplicação de testes de acupuntura.

**116** O fisioterapeuta especialista em acupuntura pode exercer as atribuições de coordenação, de supervisão, de responsabilidade técnica, de gestão, de direção, de chefia e, inclusive, de auditoria, em seu campo profissional de atuação.

**117** Para a especialidade da terapia ocupacional no contexto escolar, o lazer é uma atividade espontânea e organizada que oferece satisfação, entretenimento, diversão e alegria, envolvendo diversos tipos de recursos, o que é fundamental para o desenvolvimento da criança.

**118** Avaliar as demandas gerais de acessibilidade na escola que atenda a toda a comunidade educativa e colaborar para a redução da evasão escolar são algumas das ações que podem ser desenvolvidas pela atuação do terapeuta ocupacional no contexto escolar.

No que concerne às especialidades de fisioterapia dermatofuncional e às de gerontologia, julgue os itens a seguir.

**119** O exercício profissional na especialidade fisioterapia dermatofuncional requer do profissional os conhecimentos para a execução de recursos terapêuticos manuais e a aplicação de medidas de controle de infecção hospitalar.

**120** Ainda que não possa exercer as atribuições de preceptoria, o fisioterapeuta especialista em gerontologia está habilitado a trabalhar nas áreas de direção, de chefia, de consultoria e de assessoria de seu campo profissional de atuação.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

No dia 30 de março de 2026, a Câmara Técnica de Fisioterapia na Saúde da Mulher do CREFITO-17 conduziu uma importante capacitação. O evento foi direcionado às novas fisioterapeutas do Hospital da Mulher e Maternidade Aracaju (HAMA). Mais do que capacitar, o encontro teve como objetivo acolher a equipe e ratificar a essencialidade do fisioterapeuta na sala de parto. Foi reafirmado o compromisso com a sociedade em promover boas práticas assistenciais, fortalecendo o acesso e a equidade no Sistema Único de Saúde.

CREFITO-17. CREFITO-17 fortalece a fisioterapia na saúde da mulher em Aracaju!

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

## Fiscalização do CREFITO: do registro profissional à saúde da mulher

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) identificação dos fatores que corroboram a importância da fiscalização dos CREFITOs sobre a prestação dos serviços profissionais concernentes à saúde da mulher;
- b) fundamento das condições éticas para o uso de imagens de pacientes em meios de comunicação e redes sociais; e
- c) indicação de, ao menos, três situações em que é proibido ao terapeuta ocupacional, em sua área de atuação, executar tratamento ou nele colaborar, com base no Código de Ética e Deontologia da Terapeuta Ocupacional.